

**RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA NA SERRA DA MANTIQUEIRA: O
TURISMO NOS MUNICÍPIOS DE DELFIM MOREIRA, GONÇALVES e MARMELÓPOLIS
– MG**

Rafael de Mello Castro Bacha¹²
rafael_mello_1@yahoo.com.br
Laura Arantes Gobbi¹³
lauragobbi8@gmail.com
Alexandre Carvalho de Andrade¹⁴
andrade.a.c@uol.com.br

Resumo: Dentre as novas práticas relacionadas ao meio rural, o turismo aparece como possibilidade de “quebra” no baixo dinamismo econômico de certas regiões, porém este processo deve seguir um conjunto de planejamentos, respeitando as potencialidades locais e a relação com o meio ambiente. A Serra da Mantiqueira é conhecida por suas belezas naturais, assim, a entrada e a intensificação do turismo nos municípios de Delfim Moreira, Gonçalves e Marmelópolis devem ser observadas como expressão de uma vertente “neorrural”, mas ao mesmo tempo visando manter uma boa relação “homem-natureza”.

Palavras-chave: Intensificação do turismo; Serra da Mantiqueira; espaço rural; planejamento.

Introdução

O turismo é frequentemente apontado como uma atividade que pode colaborar e alavancar o desenvolvimento, sobretudo em áreas de restrito dinamismo econômico, onde existem recursos naturais e culturais propícios para a visitação. Serve de exemplos o *Tennessy Valley Authority*, nos Estados Unidos, em 1933, o *Plan Nacional d’ Aménagement du Territoire*, na França, em 1950, a *Cassa per il Mezzogiorno*, na Itália, também em 1950; e o *Plan de Estabilización*, na Espanha, em 1959 (PUJADAS E FONT, 1999).

Com certa recorrência, o turismo está atrelado a um significativo potencial de desenvolvimento local e/ou regional, mas necessita de um planejamento prévio e adequado, visando sua consolidação de forma coerente, tendo em vista que, ao contrário disso, temos um crescimento descontrolado que resulta mais em prejuízos do que em benefícios aos centros receptores (KRIPPENDORF, 1989; YÁZIGI, 2003). Os impactos, algumas vezes

¹² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Participa do Ruras - Ruralidades, Ambiente e Sociedade, têm interesse nas temáticas de Sociologia Rural e Estudos das Relações de Poder.

¹³ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Têm interesse nas temáticas de Comunicação Política e Comportamento Eleitoral.

¹⁴ Geógrafo, Especialista em Geografia do Turismo e Mestre em Geografia. Doutorando em Geografia: Organização do Espaço (Unesp/ Rio Claro). Professor na Universidade do Vale do Sapucaí (Univás/Pouso Alegre). Pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários (Unesp/ Rio Claro).

irreversíveis, em âmbito socioambiental, decorrentes da atividade turística, são evidentes e corriqueiros. A exemplo destes “danos” temos a deterioração da paisagem, desorganização e/ou ruptura das relações sociais e culturais de anfitriões, a especulação imobiliária, as construções em áreas inaptas, o encarecimento do custo de vida para os “nativos” em decorrência do “nivelar” o padrão dos turistas pelas posses financeiras o encarecimento do custo de vida para os “nativos” e como forma de “nivelar” o padrão dos turistas, o acúmulo de resíduos sólidos, o desmatamento e mudanças paisagísticas que remodelam as características marcantes do local, entre outras situações que assolam os mais diversos “paraísos” no Brasil (LUCHIARI, 1997; DIEGUES, 2001; PRADO, 2003; MARAFON, 2006; ALMEIDA, 2007).

Sobre a forma pela qual as ramificações do turismo são propagadas, temos que lançar um olhar crítico sobre as propagandas e as práticas privadas e públicas que propagam um determinado discurso, mas são divergentes quanto à aplicação e manutenção dos mesmos, gerando uma incoerência discursiva, e por assim dizer, ressaltando a falta de planejamento.

Partindo das descritas situações, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar o processo de intensificação do turismo na Serra da Mantiqueira, que ocorreu com maior efetividade após a década de oitenta do século XX, em especial devido a três fatores: as potencialidades paisagísticas, a satisfatória conservação dos recursos naturais e a localização geográfica. Para tanto, o presente trabalho irá demonstrar as características gerais da Serra da Mantiqueira, em especial dos municípios de Delfim Moreira, Gonçalves e Marmelópolis, para, assim, traçar algumas considerações acerca dos processos de implantação de unidades de conservação e de expansão da atividade turística na região, como também as suas consequências socioambientais, que divergem do discurso propagado por privado e público quanto a preservação dos recursos naturais, a cultura local intocada e autêntica, além da forte entrada de capital exógeno nas áreas estudadas. Finalmente serão destacadas algumas ações que visam promover um centro receptor de turistas, mas que nem sempre apresentam bons resultados, devido à preferência em “atrair visitantes” ao invés de “organizar o território”.

Contexto do "neorrural" brasileiro, ruralidades e novas práticas no meio rural

O dualismo binário entre “rural e urbano” foi amplamente debatido ao longo do século XIX – XX. As categorizações provenientes das discussões marxistas sobre a relação entre “campeinato” e seu par oposto perfeito o “proletariado” foram alongadas até os anos 80, posteriormente a centralidade do camponês como ator chave no meio rural foi substituída

pelo aparecimento de “ruralidades”, ou simplesmente o alargamento deste conceito do *continuum* “campo x cidade” (MARTINS, 1981; CARNEIRO, 2005).

A diferenciação dos estudos voltados simplesmente para a compreensão do “agrário” e dos responsáveis por abordar situações do “neorrural”, consistem em três pontos de grande divergência, são eles: Reconhecimento do campesinato como centralidade da condição de existência do meio rural, assim, fica relacionado o fim do camponês com o próprio desaparecimento do meio rural. Diminuição da população agrícola por sucessivas perdas para outras regiões consideradas urbanas, reforçando o “campo” como espaço produtivista e simplesmente ligado ao conceito de extensão das indústrias situadas fora do meio rural. Por último, transpassando os dois pontos anteriores, temos o impulso da “modernização” atuando como vetor de uma “equalização” entre as especificidades antes encontradas no termos de oposição “campo e cidade”, assim, a proposição do “moderno” viria como algo natural e inerente a todos os espaços, propagando uma lógica urbana e “dinâmica”. Os três pontos apresentados anteriormente são responsáveis por uma série de constatações “direcionadas” sobre o espaço rural, visto que carrega um grande teor de “desejo citadino”, presente nas falas glamourizadas do século XIX sobre o conceito de cidade e consecutivamente sobre o “mito do urbano” (CARNEIRO, 2012; WANDERLEY, 2009).

A constituição do rural como espaço para além das dimensões puramente produtivas ou simplesmente por caracterização do “não urbano” concede lugar ao novo conjunto de formas de sociabilização e redes de relações, produzindo um rumo tangencia o processo de homogeneização espacial e social dos meios “rural e urbano”. Logo, a dualidade presente na construção “campo-cidade” fica em constante mediação, não apresentando uma conceituação fixa e retilínea, mas colaborando para interação de diversos fatores que culminaram na construção da ideia de “ruralidade” (WANDERLEY, 2000). O fluxo de trocas entre os “universos culturais” campo-cidade tem se intensificado, porém isso não corresponde a um processo de descaracterização de todo o sistema cultural e social do meio rural, pois a “autenticidade”, termo que emana sentido na própria chave do turismo e das potencialidades esperadas pelos turistas, convive paralelamente as novas formas de relação com o “outro” e com a própria natureza, produzindo diferenciações nas percepções sobre o mundo, a maneira como ocupam e correlacionam suas posições, não necessariamente levando a uma drástica ruptura, mantendo condições de tempo e espaço.

Nas ideias de Bernard Kayser, presentes na década de 90, temos a compreensão destas novas “significações” do espaço rural, como o fim da “dualidade” no modelo de escala modernizante e consolidação da figura campesina em posição de destaque como algo ligado

ao “campo tradicional” (amplamente valorizado por determinados segmentos turísticos), assim estes processos vem carregados de novas perspectivas para a multifuncionalidade da agricultura e inúmeras práticas discursivas relacionadas ao “ecologicamente correto” (CARNEIRO, 2012). Estas marcas do novo ambiente rural são consideradas facetas do “renascimento rural”, termo que carrega uma gama de possibilidades, porém, devemos tratar os aspectos das discussões de “perda populacional” e “aumento na qualificação da mão-de-obra rural” como dois debates abertos, assim, os rumos e as práticas deste “neorrural” vão além de simples categorizações, pois a transformação real e a significação dos espaços, práticas, discursos, relações, vai de encontro com inúmeras possibilidades dos conceitos de “pós-modernidade” e “contemporaneidade” (respeitando as discussões sobre as terminologias e teorizações sobre as periodizações).

Serra da Mantiqueira e os municípios de Gonçalves, Delfim Moreira e Marmelópolis

Abrangendo territórios dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, a Serra da Mantiqueira apresenta como características geomorfológicas a existência de áreas com significativa declividade e amplitude topográfica, sendo a Pedra da Mina (2790 metros) o ponto culminante do espaço microrregional. Tendo uma paisagem constituída por altas e íngremes encostas, vales encaixados e áreas aplainadas ao longo dos cursos dos rios principais, tendo destaque para a rede hídrica regional os rios Sapucaí, Verde, Grande e seus afluentes, o processo de ocupação antrópica ocorreu com maior intensidade dos fundos de vale” em direção às encostas, e isto é perceptível na configuração das cidades e bairros rurais.

Em toda a área, o clima tropical de altitude do tipo Cwb (classificação de Koppen), possui verões brandos e chuvas concentradas nesta estação. Porém, influenciado pelas significativas amplitudes topográficas, há variações microclimáticas relevantes, o que resulta em diversificações biogeográficas e do uso e ocupação do solo. Nos locais de menor altitude, a formação vegetal predominante é das “florestas tropicais latifoliadas”, que, devido a estar em áreas mais densamente povoadas, se apresentam mais transformadas, predominando as atividades agropecuárias. Nas áreas intermediárias, há o predomínio das “matas de raucárias”, onde a ocupação humana é mais esparsa, e predominam as atividades agropecuárias, silvícolas e as práticas turísticas e recreacionais, a exemplo do que ocorre nos municípios de Gonçalves, Campos do Jordão e Camanducaia em especial no distrito de Monte Verde). Nos locais mais elevados, situados acima de 1700 metros, há presença dos campos de altitude, sendo locais de baixas densidades demográficas e constituídos basicamente por APPs

(áreas de preservação permanente).

A princípio, Delfim Moreira, Gonçalves e Marmelópolis apresentam certas similaridades, como a posição geográfica, na Serra da Mantiqueira, nos limites entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, o pequeno contingente populacional, eminentemente rural, a paisagem natural, e a histórica importância da agricultura familiar para a economia. Porém, apesar disto, houve significativa diferença no processo de desenvolvimento do turismo nestes municípios, e por consequência dos impactos decorrentes destas atividades para o ambiente e as sociedades locais.

Com 4220 habitantes, sendo 27,8% na área urbana (IBGE, 2010), Gonçalves apresentou considerável intensificação da atividade turística, em especial a partir de meados do século XIX. Todavia, apesar de todo o espaço municipal apresentar características como o modo de vida e produção rural, a “sensação de sossego e tranquilidade”, e mesmo a conservação ambiental, os locais situados a maior altitude, onde a paisagem se caracteriza pela presença de picos e das matas de araucárias, neste caso decorrente do clima “frio”, foram os que mais atraíram investimentos como pousadas, residências secundárias, restaurantes, dentre outros usos voltados ao turismo. A concentração espacial da atividade turística resultou em consideráveis impactos socioambientais, como adensamento de construções, por vezes em áreas ambientalmente inaptas, especulação imobiliária, e a poluição visual decorrente das propagandas dos estabelecimentos.

Delfim Moreira possui 7975 moradores, 38% destes na cidade (IBGE, 2010), e os demais espalhados por diversos bairros rurais. No período entre as décadas de 30 e de 70 do século XX, o município teve relevante produção de frutas de “clima frio”, como figo, pera, ameixa, e especialmente marmelo; isto contribuiu para a implantação de agroindústrias, e da linha férrea que a integrava a Itajubá e outras localidades. A decadência desta produção e o fechamento das empresas colaboraram para significativo êxodo rural, e para fomentar a busca por outras práticas econômicas, como a piscicultura de trutas, e o turismo, que em certa medida se inter-relacionaram a partir de meados da década de noventa do século XX. Apesar de também ter concentrado nas áreas de mais altitudes, a atividade turística em Delfim Moreira ocorreu com maior dispersão espacial do que em Gonçalves, e incidiu na área rural, mas também na cidade.

Por sua vez, Marmelópolis, é a menos populosa (2935 habitantes, 52,4% na área urbana – IBGE, 2010) e ainda não apresenta ligação por rodovias pavimentadas com outros centros urbanos, o que deve mudar com a conclusão do asfaltamento da MG-350, entre a

cidade e Delfim Moreira. E, apesar do potencial paisagístico e sociocultural local, devido aos picos com altitudes superiores a 2400 metros, com destaque ao Marins, às cachoeiras, os fragmentos de matas de araucárias e campos de altitude, e a organização do espaço rural, a atividade turística no município ainda é bem restrita, o que é evidenciada pela incipiente infraestrutura de hospedagem e alimentação.

Mesmo havendo um processo de povoamento além-indígena que remonta o século XVII, as condições climáticas e topográficas regionais não foram incentivadoras para as atividades econômicas mais relevantes no cenário rural do sudeste brasileiro, como a cafeicultura ou a agroindústria da cana-de-açúcar. Desta forma, a presença da produção familiar, voltada à subsistência, foi a prática mais difundida, excetuando, conforme mencionado, o ciclo da fruticultura em Delfim Moreira, e em menor intensidade em Marmelópolis e Gonçalves. Em certa medida, estes municípios estão dentre os de menor desenvolvimento socioeconômico da macrorregião de planejamento do Sul de Minas, e a estagnação econômica motivou o êxodo rural, que não foi absorvido pelas pequenas áreas urbanas destas localidades, e isto levou a um processo de decréscimo populacional (IBGE: Censos Demográficos, 1970, 1991 e 2010).

A figura 1 evidencia algumas características das paisagens dos municípios de Delfim Moreira, Gonçalves e Marmelópolis.



Figura 1: Aspectos da paisagem regional, no ano de 2012. 1 – Espaço rural do município de Marmelópolis, tendo ao fundo o Pico dos Marins; 2 – Pequeno povoado em Delfim Moreira; 3 – Pedra Chanfrada no município de Gonçalves; 4 – Em um entroncamento de estradas rurais de Gonçalves, a evidência da intensificação do turismo, e de seus impactos negativos à paisagem. Fonte: Arquivo Pessoal de Rafael de Mello Castro Bacha.

A partir da década de 80, e em especial da década de 90, houve a intensificação do discurso da importância do turismo para dinamizar a economia dos municípios da Serra da Mantiqueira, que até então era mais efetivo apenas em setores da região, como em Campos do Jordão, Monte Verde e nas proximidades do Parque Nacional do Itatiaia. Mas, como em outras práticas econômicas, a seletividade espacial se fez presente, e as áreas onde interagem elementos naturais, como clima “frio”, matas de araucárias, cursos d’água encachoeirados, e que são localizadas nos setores com maior altitude, foram as que apresentaram maior valorização, e isto é evidenciado, por exemplo, em Gonçalves, mas também em Delfim Moreira.

A preferência por estes ambientes também foi subsidiado pelas localizações geográficas e as redes de transportes, pois, enquanto Gonçalves, situado nas proximidades de centros receptores de turistas já consolidados, como Campos do Jordão e São Bento do Sapucaí (SP), atraiu consideráveis afluências de visitantes, e, por consequência, de investidores em infraestrutura de hospedagem, alimentação e entretenimento, Delfim Moreira, com ligação por asfalto com outros centros urbanos de Minas Gerais, mas também com a BR-116 (via Dutra), por onde se atinge cidades dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, obteve certo êxito no desenvolvimento do turismo. Porém, Marmelópolis, mesmo com certa proximidade com centros turísticos (Passa Quatro, Itamonte, e outros do Circuito “Terras Altas da Mantiqueira”), e com significativo potencial paisagístico e sociocultural, a atividade turística ainda se encontra embrionária, e que pode ser impulsionada com a conclusão da MG-350, que permitirá melhor acessibilidade aos visitantes. Todavia, há de se ressaltar que o maior dinamismo do turismo em Gonçalves não resultou apenas em desenvolvimento socioambiental aos seus moradores, pois a ausência de planejamento, a concentração espacial, e o domínio do capital externo ao local são fatores que também geraram prejuízos diversos.

Os turistas estão chegando, mas e o desenvolvimento socioeconômico e a conservação ambiental?

Com a crescente valorização da natureza em todas as esferas da sociedade, e reforçando este movimento com apoio público e de diversas ramificações da mídia, há na Serra da Mantiqueira um contínuo processo de implantação de unidades de conservação, sendo estas particulares, estaduais e federais, ocorrendo de forma simultânea à expansão da atividade turística. Nela está localizado o mais antigo Parque Nacional do Brasil, o Itatiaia, que abrange territórios dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Até a década de

setenta do século XX, o entorno desta unidade de conservação atraía um pequeno número de visitantes, em grande maioria constituída por alternativos, adeptos do estilo

“aventureiro” e estudiosos ligados às ciências naturais, realizando trabalhos sobre a área. Com o discurso de valorização da natureza como “produto” turístico, ocorreu o adensamento de construções e a maior afluência de visitantes, especialmente nos vilarejos de Visconde de Mauá, Maringá e Maromba (QUINTEIRO, 2008). Em forma contraditória ao intuito ecológico propagado, ocorrendo em localidades onde o turismo tem uma pretérita importância para a economia e os arranjos sócio-espaciais, evidenciados nos casos de Monte Verde (MG) e Campos do Jordão (SP), a intensificação do turismo alavancou a degradação natural e a marginalização dos habitantes locais.

Na década de oitenta do século XX foi implantada, através de decreto federal, a APA (Área de Preservação Ambiental) da Serra da Mantiqueira, que, por ser considerada de “uso sustentável”, permite apenas o desenvolvimento de atividades produtivas “não impactantes” em seus domínios. Em via contrária a promoção de políticas de capacitação dos produtores rurais, que poderiam ocorrer através de uma parceria dos órgãos ligados ao setor educacional e agropecuário, relevando a premissa de que muitos deles eram assentados em terras historicamente pertencentes aos seus antepassados, foi incentivado, partir de variadas ações municipais, estaduais e nacionais, o desenvolvimento turístico regional, o que deu preferência a expansão da atividade, e, por consequência, atraiu em sua maioria investidores externos a região, para a implantação de infraestrutura de hospedagem, alimentação e entretenimento. Semelhante situação ocorreu na APA Fernão Dias, implantada pelo governo de Minas Gerais no início do presente século.

Os impactos socioambientais decorrentes do crescimento da atividade turística na Serra da Mantiqueira, já foram analisados por Mendes Júnior (1991), Costa (1994) Gonçalves (2003), Alves (2005), dentre outros autores. Os mais recorrentes são a marginalização das comunidades locais, a especulação imobiliária, o encarecimento do custo de vida que tende a “peneirar” o nível dos turistas e abala o estilo de vida dos moradores locais, a descaracterização das práticas culturais e uma aculturação das mesmas, a implantação de construções em áreas com restrições do meio físico, os desmatamentos, o aumento da quantidade de rejeitos, a artificialização das paisagens e sua descaracterização, e, principalmente, os discrepantes interesses entre os moradores e os investidores. Quanto à divergência entre os interesses dos “locais” e investidores, é explícito e exorbitante as ações publicitárias que, em detrimento das políticas de planejamento e ordenamento territorial,

acontecem com o “aval” público, reforçando as incoerências regionais e/ou locais.

Nesta mistura de conservação e potencialização desenfreada do turismo, em que os moradores do local são jogados para longe, reside uma contradição. De modo geral, as comunidades de regiões em que se encontram áreas em boas condições ambientais são as responsáveis pela conservação do meio onde vivem. Assim, o “paraíso” desejado pelo cidadão urbano buscando um lugar em que possa descansar ou meramente contemplar a natureza foi resultado de práticas culturais de uso do solo entre as comunidades que se fixaram historicamente ali. E, concomitante ao processo de afluência de migrantes

“neorrurais” para estes locais, e ao maior investimento no turismo, os antigos moradores, por vezes, deixam seus espaços e partem em direção às oportunidades econômicas nas cidades médias da região, e mesmo nas metrópoles.

Tais coletividades são frequentemente associadas, pelos moradores urbanos, como atrasadas e utilizadores dos recursos naturais sem se preocupar muito com sua conservação, o que leva a uma imagem associada a barreiras a conservação ambiental. Entre os fatores que levam a isso estão a escolaridade baixa, capacitação de baixo nível, pequena produtividade nas atividades econômicas, serviços públicos precários, capitalização insuficiente, além da restrita circulação por espaços externos a região. Deste forma, acaba ocorrendo um paradoxo, pois com o aumento da valorização da natureza e do rural por uma sociedade dita “pós-moderna”, tais espaços ocupados historicamente por determinados habitantes passaram a serem desejados pelos cidadãos urbanos para turismo. Consequentemente houve o aumento no número de pousadas, condomínios rurais, residências secundárias, entre outras formas de ocupações características destas áreas que nem sempre são “sustentáveis”. Tal termo é utilizado recorrentemente por empreendedores turísticos ou pelo poder público em anúncios publicitários (LUCHIARI, 1997; DIEGUES, 2001; PRADO, 2003; QUINTEIRO, 2008).

A situação fica mais grave devido ao fato de que as pressões vindas das atividades turísticas são mais fortes nas áreas mais remotas da Serra da Mantiqueira, em que há a interação no espaço entre a conservação ambiental e as condições socioeconômicas precárias dos habitantes. Em alguns casos, essas pressões acabam levando a conflitos com as comunidades locais e unidades de conservação. Uma contradição destas áreas é que os próprios administradores públicos preferem incentivar o turismo como atividade mais importante, ao invés de investirem em outras práticas econômicas as quais não anulariam a atividade turística, não se sabe ao certo se isso ocorre por simples desconhecimento ou interesses diversos.

Novas práticas no espaço rural, discurso da “autenticidade” e a necessidade de planejamento no turismo

Da mesma forma que acontecem em outras práticas produtivas, o turismo precisa de recursos para seu desenvolvimento como as paisagens, a sensação de tranquilidade e segurança e as práticas culturais dos moradores do local. Porém, o grande interesse em atrair turistas ajuda a causar cada vez mais impacto no ambiente, o que leva também a prejuízos na paisagem e na vida dos moradores.

A atividade turística deve ser desenvolvida de maneira harmônica de modo a não impactar as relações socioculturais, ambientais, econômicas e espaciais. Sendo assim, é fundamental o aparecimento de ações de planejamento sobre o ordenamento espacial, a ocupação apenas das áreas aptas por suas condições naturais, uma maior valorização das práticas relacionadas à cultura de seus habitantes, uma maior diversidade de práticas econômicas e a formulação de roteiros, eventos e divulgação da região. Mas, é fácil encontrar locais em que a divulgação vem como primeira demanda, sem se importar com a infraestrutura local e isso resulta em malefícios a longo e médio prazo.

Com a intenção de trazer grande número de turistas, diversas localidades da Serra da Mantiqueira deixam de lado seus verdadeiros potenciais e começam a dar espaço a referências de lugares desconexos a sua realidade. Como exemplo há os das “Suíças brasileiras”, climas ditos “europeus” e as construções “alpinas”. Isso demonstra o surgimento de uma falta de “autenticidade”, valor tão almejado por certos turistas, relegando ao local uma carga de “desmerecimento” frente aos outros espaços ditos “sofisticados” (aqui ainda temos o enquadramento do turismo rústico, mas sofisticado na administração das potencialidades como produto).

A ressignificação do espaço rural para algo além-agrícola passa pela nova compreensão da relação “natureza-cultura”, aceitando que o alargamento do conceito de “produção” do campo também colabora para alimentação de indústrias culturais e pontes de ligação entre “universos” distintos, valorizando este caráter simbólico, porém atuante e constantemente sendo convertido em outros capitais (CARNEIRO, 2012). Nesta convergência entre “sofisticado externo” e “autenticidade local”, temos uma supressão de potencialidades regionais pouco trabalhadas, aonde o consolidado como “sofisticado” tende a prevalecer, produzindo uma constante necessidade de “adequação”, logo, o local sempre tende a ficar defasado, forçando certos “exageros” por parte dos investidores do município.

Assim, o rural caracteriza-se como objeto de avaliações múltiplas, produzindo inúmeras características imateriais e subjetivas, desta forma a contemplação opera como “produto” de venda e parte integrante de uma visão de mundo, aonde o patrimônio rural engloba o arquitetônico, os recursos naturais, as expressões, os saberes, as práticas e relações, demonstrando um campo como espaço de criação e proliferação da vida (CARNEIRO, 2012; TEIXEIRA, 2012).

Dentre as possíveis interpretações sobre a “importância” ou a “perversidade” da implantação dos processos turísticos, ambas as colocações são válidas. Os impactos provenientes da entrada e propagação do turismo são vetorizados tanto para positivos como para negativos, porém, o intuito do planejamento é resguardar certos “atores” e/ou recursos naturais existentes na área, prevendo que a possível perversidade do processo destrua o próprio objeto que movimenta a atividade turística.

Considerações finais

Partindo da existência de semelhanças entre os municípios escolhidos neste trabalho, fica expressiva a diferenciação entre a forma como o turismo incidiu nestes espaços, assim, a presença de impactos nestas áreas apresenta características bem diferentes, ressaltando o processo de "artificialização" (partindo do próprio intuito de contemplação do "natural") em Golçalves e a "estagnação" paisagística do meio rural em Marmelópolis (o termo estagnação tem como base a discussão sobre a potencialidade local e a busca pelo "sofisticado"). Ainda dentro da discussão sobre dinamismo econômico da área, podemos pontuar que a fragilidade econômica na condição de produção familiar, graças à existência de muitas áreas íngremes que dificultam a mecanização, não propicia um maior posicionamento de destaque para a renda local, constando como um impacto antes da implantação do turismo. Coerente dizer que o município de Delfim Moreira vislumbrou uma saída desta condição de produção familiar na metade do século XX, porém, o comércio de polpas de frutas não continuou como uma atividade rentável.

Partindo das práticas já existentes no meio rural destes municípios, a necessidade de estruturação de novas práticas produtivas é algo real e possível, tanto na forma de produção sustentável da agricultura, como na figura do turismo (nas vertentes gastronômicas, contemplativas, culturais ou ligadas ao conforto dos hotéis e pousadas como "recantos"). Estes dilemas de ordem econômica, mas, além disso, constituintes de um novo entendimento sobre as dimensões de vivência no campo, devem estar alinhadas com uma compreensão de conservação das potencialidades locais (culturais e ambientais), e ainda trabalhando para

conciliar as expectativas e desejos destes moradores e turistas. Desta forma, fica reconhecida a importância da ideia de planejamento destas múltiplas atividades, não relegando ao turismo um teor supervalorizado, mas respeitando as novas possibilidades advindas desta prática nos novos contextos do rural regional.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M.G. *Turismo e os paradoxos no consumo e conservação do meio ambiente*. Ateliê Geográfico, v. 1, n. 2. Goiânia: IESA/UFG, p. 102 - 118, 2007.
- ALVES, H.F.I. *Turismo e desenvolvimento: a dimensão cultural na Serra da Mantiqueira (MG)*. Santa Maria: UFSM, 2005. 212 pg.
- CARNEIRO, M. J. *Ruralidades Contemporâneas - Modos de Viver e Pensar o Rural na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2012. pp. 23-50.
- COSTA, J.P.O. *Aiuruoca, Matutu e Pedra do Papagaio: um estudo de conservação do ambiente natural e cultural*. São Paulo: Edusp, 1994. 250 p.
- DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3ªed. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2001. 169 p.
- GONÇALVES, Y.K. *Perspectivas para o desenvolvimento do turismo em áreas rurais: o caso das Terras Altas da Mantiqueira (MG)*. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). UNICAMP, Campinas, 2003.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo – para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 235 p.
- LUCHIARI, M.T.D.P. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In: RODRIGUES, A.B. *Turismo - Modernidade - Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997. pp. 136 - 154.
- MARAFON, G.J. *Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense*. Campo - Território: Revista de Geografia Agrária, v.1, n.1. Uberlândia: IG/UFU, p. 17 - 40, 2006.
- MARTINS, J. de S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- MENDES JÚNIOR, L.O. (et al). *Relatório Mantiqueira*. São Paulo: Fedapam, 1991. 54 p.
- MOREIRA, R. J. *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo/ Roberto José Moreira (org.); Maria José Carneiro... [et al.]*. - Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- PRADO, R.M. *As espécies exóticas somos nós: reflexões a propósito do ecoturismo na Ilha Grande (RJ)*. Horizontes Antropológicos, v. 9, n. 20. Porto Alegre: UFRGS, p. 1 – 18, 2003.

PUJADAS, R.; FONT, J. *Ordenación y planificación territorial*. Madrid: Síntesis, 1999. 399 p.

QUINTEIRO, J.M.C. *Proteção ambiental na gestão de áreas turísticas em unidades de conservação: o caso da região de Visconde de Mauá (RJ, MG)*. 2008. f. 132 pg. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

TEIXEIRA, V.L. De terra de plantação à terra de lazer. In: CARNEIRO, M. J (org). *Ruralidades Contemporâneas - Modos de Viver e Pensar o Rural na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2012. pp. 67-100.

WANDERLEY, M. N. B. *A Valorização da Agricultura Familiar e a Reivindicação da Ruralidade no Brasil*. Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), Curitiba- PR, v. 2, p. 29-37, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. *O Mundo Rural Como um Espaço de Vida. Reflexões Sobre a Propriedade da Terra, Agricultura Familiar e Ruralidade*. Porto Alegre RS: UFRGS, 2009. v. 1. 328p .

YÁZIGI, E. *Civilização urbana, planejamento e turismo*. São Paulo: ed. Contexto, 2003. 359 p.